Direcção Geral das Colonias

1.ª Repartição

1.ª Secção

Sendo presente ao Governo Provisorio da Republica Portuguesa a consulta do Supremo Tribunal Administrativo, acôrda do recurso n.º 12:807, em que é recorrente Malbá Suriá Rau Sar-Dessay, e recorrido o governador geral do Estado da India, e de que foi relator o vogal effectivo, Dr. Alberto Cardoso de Menezes.

Mostra-se que o recorrente, por escritura publica de 20 de agosto de 1888, junta a fl. 46, foi adoptado como filho por seu tio Malbá Suriá Rau Sar-Dessay, morador no concelho de Pondá, território de Goa, em conformidade com os seus usos e costumes dos habitantes das Novas Conquistas.

A adopção não foi precedida de licença do Governo do Estado da India, para habilitar o recorrente a succeder na acca ou pensão que o adoptante percebia da Fazenda Publica; por isso requereu este a confirmação posterior do Governo, segundo o artigo 34.º do Código dos Usos e Costumes de 14 de outubro de 1853, e não obtendo deferimento trouxe recurso para este Supremo Tribunal que consultou, nos termos do decreto de 22 de maio de 1896, mandando conceder licença para validade da adopção do actual recorrente, como filho legitimo de Malbá Suriá Rau Sar-Dessay, para todos os effectos.

Em outubro de 1900 pediu o adoptante ao recorrido governador geral do Estado da India Portuguesa a execução do decreto e a concessão da licença ou confirmação autorizada; ouvida a Repartição de Fazenda Provincial e a antiga Procuradoria da Coroa e Fazenda informou aquella que o pedido não era de attender, porque posteriormente á decisão fora approved o regulamento de 22 de outubro de 1896 para execução do decreto de 15 de dezembro de 1880 e determinando que os filhos adoptivos não succedem nas accas, e ponderou a segunda, a conveniencia de se submeter o assunto á resolução do Governo da metropole, quanto ao direito da prescrição da acca, por entender revogada, pelo decreto de 10 de dezembro de 1880, a disposição dos Codigos de 1824 e 1853 relativa á successão dos filhos adoptivos nas accas percebidas do Estado pelos paes, successão que devia desaparecer por morte dos accadares, sem descendentes legitimos, como desapareceu na instituição analogá dos morgados de agnação qualificada, libertando a fazenda de um encargo onerosissimo e o recorrido despachou em 9 de julho de 1902 nos termos seguintes: *deferido, com prejuizo do direito do filho adoptivo á percepção da acca, enquanto o Governo de Sua Magestade não resolver definitivamente sobre o assunto;*

Fallecera o adoptante Malbá, em abril de 1902, e o recorrente veio em 1906 pedir a intimação do despacho e interpor recurso para este Supremo Tribunal, termo a fl. 24, allegando: — que seu tio Malbá era dessay mercenário e como tal vencia acca ou pensão da fazenda publica e não tendo filhos masculinos que legitimamente lhe pudessem succeder, adoptou por filho o recorrente, em conformidade com os usos e costumes dos habitantes hindus de Goa; que não tendo havido licença previa, para adopção, pedira o adoptante a confirmação posterior que este tribunal mandara conceder no decreto de 22 de maio de 1896; que esta decisão transitou em julgado e tem de ser cumprida nos seus precisos termos, sem a restrição imposta no despacho recorrido, a qual é contraria ao texto da mesma decisão, não pode applicar-se ao recorrente, por não ter effecto retroactivo o regulamento de 22 de outubro de 1896, posterior á adopção; que o recurso não pode ser prejudicado com as decisões judiciaes que nas habilitações requeridas pelo recorrente declararam que este não tinha direito á acca, porque nessas habilitações não pretendeu o recorrente succeder desde logo a seu pae na acca, mas apenas habilitar-se, como filho adoptivo, para succeder na acca logo que se cumpra o decreto de 22 de maio de 1896, sendo assim intempestivo e inoportuno, antes de cumprido o decreto, o julgamento a excluir das accas o recorrente, alem de nullo do direito por abranger mais que o pedido; finalmente que as accas pagas pela Fazenda aos dessays não saem do Thesouro publico, mas cobram-se das comunidades agricolas, nos termos dos seus aforamentos, não sendo por isso justo nem legal que a Fazenda receba o dinheiro e deixe de o entregar aos dessays sob pretexto de não serem descendentes legitimos, condição que não foi imposta por quem se obrigou a fazer e faz o pagamento á Fazenda;

Junta certidão do termo de aforamento perpetuo da aldeia de Cudném, de 23 de agosto de 1809, pelo qual o gancar e escrivão da respectiva comunidade se obrigaram a pagar em nome d'esta á Fazenda Publica, em cada anno, 1:680 xerafins de foros e 177 xerafins de tença dos dessays, para estes a haverem da Fazenda;

Por sua parte informa o governador geral que o despacho recorrido mandou executar o decreto de 22 de maio de 1896, exceptuada a percepção da acca, porque na data do requerimento de Malbá, 1 de outubro de 1900, já estava approved pela portaria do commissario regio n.º 144, de 22 de outubro de 1896, o regulamento dos dessayados, formulado e publicado em virtude do decreto de 15 de dezembro de 1880, excluindo da successão nas accas os filhos adoptivos, que o requerimento de Malbá é extemporaneo, e o proprio recorrente affirma que os tribunales judiciaes o julgaram sem direito á acca, não merecendo, por isso, provimento o recurso.

Tudo visto e ouvido o Ministerio Publico:

Considerando que ao Supremo Tribunal Administrativo compete conhecer do recurso, nos termos do artigo 1.º

n.º 2.º do decreto de 2 de setembro de 1901, observado como se mostra o artigo 3.º d'este diploma;

Considerando que por decreto sobre consulta do Supremo Tribunal, de 22 de maio de 1896, publicado no *Diario do Governo* n.º 249, de 3 de novembro e no *Boletim Official* do Governo Geral do Estado da India n.º 187, de 5 de novembro de 1896, foi mandada conceder a licença do Governo do Estado da India para adopção do recorrente, de conformidade com o preceito do artigo 34.º do Código de Usos e Costumes de 14 de outubro de 1853;

Considerando que os decretos sobre consulta do Supremo Tribunal Administrativo, relativos aos recursos da sua competencia, devem ter immediata execução na provincia ultramarina a que respeitasse, logo que os interessados o requeiram, ou se effectue a publicação no *Diario do Governo*, artigo 44.º, § 2.º do regulamento de 25 de novembro de 1886, artigo 14.º do decreto de 2 de setembro de 1901;

Considerando que a execução d'esse decreto de 22 de maio de 1896 não podem obstar os decretos de 15 e 16 de dezembro de 1880, porque as suas disposições foram consideradas e apreciadas na consulta em que se fundou o deferimento do pedido de licença, para adopção, do recorrente, e d'ellas não resulta claramente a exclusão dos filhos adoptivos em successão das accas percebidas por seus paes, visto succederem nas accas os filhos legitimos, decreto de 15 de dezembro, artigo 6.º e § unico, e gozarem os adoptivos de todos os direitos de filhos legitimos, aos quaes são equiparados para os effectos civis e religiosos, decreto de 16 de dezembro, artigo 15.º;

Considerando que também não pode obstar á execução do referido decreto de 22 de maio o regulamento de 22 de outubro de 1896, cujo artigo 13.º, § 1.º exclue positivamente da successão nas accas ou pensões os filhos adoptivos, já porque o rigor do seu preceito foi modificado em portaria da mesma data, que estabeleceu indemnização pelas accas quando requerida pelos dessays e mercenários, devidamente habilitados, já porque a licença para adopção tem votos identicos ao das antigas castas de perfilhação, somente outorgadas para os fins que as leis e estilos concedem, regulamento de 29 de setembro de 1852, artigo 22.º, sem jamais determinarem direito successorio contrario ao estabelecido na data da abertura da herança pelo fallecimento do autor d'ella, Código Civil, artigos 2009.º e 2061.º, nem prejudicarem a competencia do poder judicial, para resolver acôrca da successão;

Considerando que essa licença, nos termos em que foi pedida e mandada conceder, é conforme aos usos, costumes e estilos tradicionais, por que se governavam os povos das Novas Conquistas antes de serem portuguezes, garantidos por lei de 15 de janeiro de 1774, englobados no Código de 14 de outubro de 1853, resalvados no decreto de 18 de novembro de 1869, que applicou na India o Código Civil, e reconhecidos na portaria provincial de 22 de outubro de 1896;

Hei por bem, conformando-me com a mesma consulta, dar provimento no recurso para o effecto de se manter e executar como nelle se contém, o decreto sobre consulta do Supremo Tribunal Administrativo de 22 de maio de 1896.

O Ministro da Marinha e Colonias, assim o faça imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da Republica, em 21 de março de 1911. — *Amaro de Azevedo Gomes.*

Despacho effectuado na data abaixo indicada

Por decreto de 21 do corrente mês:

Henrique Artur Gonçalves Cardoso — exonerado, a seu pedido, do cargo de professor do 7.º grupo (desenho e geometria), do Lyceu Nacional de Nova Goa.

Direcção Geral das Colonias, em 21 de março de 1911. — O Director Geral, *J. M. Teixeira Guimarães*

2.ª Secção

Despacho effectuado na data abaixo indicada

Por decreto de 20 do corrente mês:

Bacharel Diogo Gomes de Menezes, juiz de direito, collocado no quadro da 1.ª instancia da magistratura judicial das colonias, sem exercicio — nomeado para o lugar, que se acha vago, de juiz de direito da comarca do Congo.

Direcção Geral das Colonias, em 21 de março de 1911. — O Director Geral, *J. M. Teixeira Guimarães.*

4.ª Repartição

1.ª Secção

Pelo conselho de guerra territorial da provincia de Angola, foi condemnado por sentença de 25 de agosto de 1907, o ex-soldado João Luis, n.º 118/404 da 1.ª companhia europeia de infantaria, da mesma provincia, e actualmente sentenciado n.º 5/596 do Deposito Geral de Sentenciados de Moçambique, pelo crime de insubordinação e offensas corporaes praticadas na pessoa de um superior, e das quaes não resultou a este damno algum, sentença confirmada pelo Supremo Conselho de Justiça Militar, por accordão de 30 de outubro do mesmo anno.

Vendo-se, que, enquanto pendente o recurso da sentença proferida e o reu preso na Casa de Reclusão de Loanda, houve necessidade de constituir uma columna de operações destinada a submeter á obediencia a região revoltada dos Dembos, e em resultado da imperiosa urgencia de manter no sul da provincia os dispoñiveis effectivos

para se realizar a occupação do Cuamato, foram encorporadas na columna de tropas destinada aos Dembos, as praças que se achavam cumprindo penas ou aguardando decisões de sentenças na referida casa de reclusão;

Vendo-se mais, que entre os encorporados nesta columna figurou o soldado João Luis, embora houvesse sido condemnado a uma das penas mais graves do Código;

Estando provado que esta praça, enquanto o seu recurso era apreciado pelo Supremo Conselho de Justiça Militar, não vacillou no cumprimento sagrado dos seus deveres de soldado, e pelo contrario demonstrando animo valoroso e assinalada intrepidez se portou tão valentemente no decurso da campanha, que o seu commandante, capitão de infantaria e do serviço do estado maior João de Almeida, o propôs para ser agraciado com o grau de cavalleiro da Ordem da Torre e Espada, pelo intemerato valor que sempre mostrou em todos os combates, offerecendo-se para os serviços mais arduos e arriscados e tentando proteger o seu commandante com o seu proprio corpo na occasião em que este era muito alvejado no posto Mondello, distincção que lhe foi conferida por evidente desconhecimento de qual era a sua situação de condemnado a pena de reclusão;

Considerando que o Supremo Conselho de Justiça Militar á data da confirmação da sentença do tribunal de 1.ª instancia, 30 de outubro de 1907, tomando conhecimento dos feitos praticados pelo valente soldado, por que elle se achava então ainda em serviço de campanha, não pôde contudo applicar-lhe a doutrina do § unico do artigo 46.º do Código de Justiça Militar, considerando-os como derimentes de responsabilidade criminal da pena imposta;

Sendo certo que, por deficiencias de informações prestadas, não foi a alludida praça incluída no indulto que, por decreto de 17 de abril de 1908, foi concedido ás praças que tomaram parte nas campanhas do Cuamato, Dembos e Ambriz, e ás quaes foram dadas por expiadas as culpas, attendendo aos serviços prestados nas mesmas operações militares, tendo gozado d'este beneficio não só praças, mas até degredados, condemnados a penas graves.

Havendo o soldado João Luis requerido lhe seja dada a pena por finda, tendo em consideração os serviços por elle prestados em campanha, e attendendo a que esta praça cumprindo o dever de soldado, embora se achasse condemnada a uma das mais graves penas do Código, se distinguuiu por forma a merecer a alta recompensa de ser agraciado com a honrosissima distincção de cavalleiro da Ordem da Torre e Espada.

Tendo em consideração que, se o requerente houvesse sido incluído na lista dos propostos para indulto em 1908, teria decerto sido contemplado, estando hoje em liberdade;

Sendo o Supremo Conselho de Justiça Militar consultado a respeito d'esta praça, sido de parecer, pela sua consulta de 25 de fevereiro ultimo, fundado no § unico do artigo 46.º do Código de Justiça Militar, que como premio dos serviços relevantes prestados pelo requerente, se lhe conceda o perdão do resto da pena, conservando-se-lhe a condecoração, que ganhou pelo seu assinalado valor.

O Governo Provisorio da Republica Portuguesa faz saber que em nome da Republica se decretou, para valer como lei, o seguinte:

Em harmonia com o disposto no § unico do artigo 46.º do Código de Justiça Militar, é dada por expiada a culpa ao ex-soldado João Luis n.º 118/404 da 1.ª companhia europeia de infantaria de Angola, e actualmente sentenciado, n.º 5/596 da 1.ª companhia do deposito geral de sentenciados de Moçambique, pelos relevantes serviços por elle prestados nas operações militares effectuadas em 1907, na região dos Dembos, na provincia de Angola, onde se portou com valor e coragem dignos de registo; sendo-lhe mantido o grau de cavalleiro da Antiga e Muito Nobre Ordem da Torre e Espada do Valor, Lealdade e Merito, que lhe foi conferida por decreto de 2 de dezembro de 1909.

Determina-se, portanto, que todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nelle se contém.

Os Ministros de-todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr.

Dado nos Paços do Governo da Republica, em 18 de março de 1911. — *Joaquim Theophilo Braga* — Antonio José de Almeida — José Relvas — Antonio Xavier Correia Barreto — Amaro de Azevedo Gomes — Bernardino Machado — Manuel de Brito Camacho.

5.ª Repartição

Despachos effectuados na data abaixo indicada

Por decretos de 20 do corrente mês:

Artur Augusto Pacheco Dias Freitas, aspirante medico das colonias — nomeado alferes medico do quadro de saude de Cabo Verde e Guiné.

José Augusto de Oliveira e Vasconcellos, aspirante medico das colonias — nomeado alferes medico do quadro de saude de Cabo Verde e Guiné.

Manuel do Nascimento de Almeida, aspirante medico das colonias — nomeado alferes medico do quadro de saude de Angola e S. Thomé e Príncipe, ficando addido ao referido quadro, enquanto nelle não houver vacatura.

José Pereira de Azevedo, aspirante medico das colonias — nomeado alferes medico do quadro de saude de Moçambique, ficando addido ao referido quadro enquanto nelle não houver vacatura.